

1 Aos 10 (dez) dias do mês de abril do ano de 2025, às 9h, reuniram-se os membros do Comitê da  
2 Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande (CBHVG), para a 43ª Reunião Plenária Ordinária, realizada  
3 por videoconferência. A lista de presença segue anexa a esta Ata. Após constatar que o quórum  
4 fora atingido o Presidente do CBHVG, Sr. Flávio Gonçalves, iniciou a reunião desejando boas-  
5 vindas e agradecendo a todos pela presença. Posteriormente, o Plenário foi submetido à  
6 aprovação das Atas da 42ª e 4ª Reunião Plenária Ordinária (RO) e Extraordinária (RE),  
7 respectivamente, do CBHVG. Foi solicitada a correção do ano da Ata da 42ª RO. Não havendo mais  
8 manifestações, as Atas foram aprovadas, por unanimidade. Em seguida, foram repassados alguns  
9 informes, como a viabilidade da construção da barragem de Congonhas, que recentemente  
10 ocorreu uma manifestação do Governo de Minas Gerais sobre o aporte de R\$16 milhões a ser  
11 concedido para o estudo da viabilidade dessa barragem; os equipamentos de medição de vazão  
12 em processo de cessão ao CBH Verde Grande pelo Instituto de Atenção as Cidades (IAC) que,  
13 atualmente, está na fase de elaboração dos documentos de cessão; a mudança de endereço da  
14 Secretaria do CBHVG para a Rua Gabriel Passos, nº 50, Centro, Montes Claros/MG, bem como o  
15 novo número de telefone, (38) 3224-7514; e a atualização da contratação da entidade equiparada  
16 à agência de bacia, que foi aprovada pelos membros da Comissão de Avaliação por meio do  
17 Parecer de Aptidão que indicada a Agência Peixe Vivo, como a entidade a ser equiparada à Agência  
18 de Bacia, apta e com capacidade técnica, administrativa e operacional para tal função.  
19 Atualmente, o pacto de integração está na fase de análise contratual pela Agência Peixe Vivo. Logo  
20 após, se as partes estiverem em comum acordo, o contrato será assinado pelos presidentes dos  
21 comitês envolvidos, por representantes dos órgãos e pela Agência. Sequencialmente, serão  
22 elaborados os Planos Plurianual e Orçamentário Anual (PPA e POA). Esses Documentos serão  
23 apreciados pelos comitês de bacia e, após a apreciação, serão iniciadas as atividades. O Sr. Luiz  
24 Henrique, representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), reforçou que  
25 esse pacto é apenas para a porção mineira, isto é, não envolve a porção baiana. Também,  
26 mencionou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a ANA não avaliam esse  
27 processo, visto que esse está tramitando na esfera estadual. O Sr. Luiz Henrique, na ocasião,  
28 indaga se o SF10, Comitê Afluente Mineiro do rio Verde Grande, foi oficialmente formalizado. A  
29 Sra. Tânia Regina respondeu que em uma reunião recente com a Gerente de apoio aos Comitês  
30 de Bacia Hidrográfica do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (GECBH/Igam), Sra. Maria de  
31 Lourdes, foi informada que o ajuste do decreto para criação do SF10, que entende que o SF10 está  
32 contido no CBHVG, está em processo de aprovação e conclusão. Assim, aguardam a finalização  
33 desse processo. Na sequência, a Sra. Maria de Lourdes, Gerente de apoio aos CBHs do Igam,  
34 discorreu sobre o ponto de pauta acerca do processo eleitoral do CBHVG. Inicialmente, mencionou  
35 sobre a complexidade do arranjo institucional do CBHVG; a dificuldade para contratar uma agência  
36 de bacia; e o impasse gerado por isso, para organizar um novo processo eleitoral, visto que o  
37 arranjo do Comitê ainda não está definido. Relembrou que em 2008, o CBHVG foi criado por meio  
38 de um decreto, porém, em 2009, o Governo de Minas Gerais editou um novo, revogando o  
39 anterior. Esse decreto criou o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, o qual abrangia  
40 o estado de Minas Gerais e Bahia. A Sra. Maria de Lourdes pontua que o governo de Minas Gerais  
41 não tinha autonomia de criar um decreto para outro estado. Portanto, um processo foi instaurado  
42 com intuito de refazer o CBHVG. Logo, diante do exposto, informou que a ANA, Igam e Instituto  
43 do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) decidiram, primeiramente, discutir sobre essa  
44 situação e, posteriormente, pensar sobre o processo eleitoral, ou seja, a mudança dos  
45 conselheiros. Logo, sugere ao Plenário a prorrogação do processo eleitoral. A Sra. Thamires

46 Mercês corroborou sobre essa proposta de prorrogação do mandato dos membros do CBHVG.  
47 Complementou que essa prorrogação seria pelo período de um ano, para que seja resolvido tal  
48 pendência. A Sra. Tânia Regina sinalizou que essa prorrogação não cabe ao Comitê e nem aos  
49 órgãos gestores, mas, sim, ao CNRH, isto é, as proposições foram repassadas ao Plenário, mas a  
50 decisão é do Conselho. Contudo, pontuou que o Plenário, antes de qualquer decisão, está sendo  
51 consultado. Além do mais, declarou, acerca da concepção do novo Comitê do rio Verde Grande,  
52 que dar-se-á para preservação das lideranças mineiras existentes na bacia e para que os processos  
53 eleitorais sejam conduzidos de maneira correta, por cada comitê com seus respectivos conselhos  
54 estaduais. A Sra. Tânia Regina destacou que as ações realizadas pela ANA na Bacia do rio Verde  
55 Grande permanecerão, independente do arranjo institucional definido. O Sr. Ari Teodoro indaga  
56 se a Diretoria do CBHVG foi consultada acerca do interesse na prorrogação de seu mandato; se  
57 manifestaram interesse em continuar; e até quando perdurará essa prorrogação. A Sra. Laila  
58 Tupinambá informou que a Diretoria foi consultada e o mandato estenderá por mais um ano, a partir  
59 do dia subsequente ao término do mandato vigente. Ressaltou que a prorrogação não é apenas  
60 para a Diretoria, mas também para as demais instâncias do Comitê. O Sr. Flávio Gonçalves  
61 manifestou que, conforme mencionado em outra reunião, não teria interesse em continuar, mas  
62 diante da atual situação, faz-se necessária a prorrogação. Complementou que a atual reunião é o  
63 momento oportuno para discutirem e decidirem sobre o futuro do Comitê. O Sr. Ari Teodoro  
64 propõe uma votação entre os membros do Plenário presentes para prorrogarem o mandato da  
65 Diretoria por mais quatro anos, sem a necessidade de realizar um processo eleitoral em curto  
66 prazo. A Sra. Laila Tupinambá reitera que a prorrogação será para todas as instâncias do Comitê,  
67 isto é, Câmara Técnica Consultiva (CTC), Diretoria, Plenário etc. Bem como, afirma que a  
68 prorrogação não cabe aos membros do Comitê, e esta reunião é apenas para avaliar o pedido de  
69 prorrogação que será encaminhado ao CNRH. Também, citou que não há razão para realizar uma  
70 eleição e posteriormente o CBHVG vir a sofrer uma mudança em seu arranjo institucional e o  
71 processo eleitoral ser refeito. O Sr. Ari Teodoro questiona se será elaborado um documento a  
72 partir das definições sugeridas nesta reunião, o qual será encaminhado ao CNRH. A Sra. Thamires  
73 Mercês informa que não foi definido se haveria um documento, porém cada órgão: Inema, ANA e  
74 Igam, encaminhará aos seus respectivos conselhos a decisão tomada e, a critério, anexar a Ata  
75 desta reunião com o parecer do Plenário. O Sr. Ari Teodoro expôs que no Regimento Interno do  
76 CBHVG não há informações acerca de procedimentos para prorrogação de mandato, tratando  
77 apenas sobre processo de reeleição. Diante disso, indaga sobre o fundamento legal que será  
78 utilizado para essa solicitação. A Sra. Thamires Mercês informou que será enviado ao Conselho  
79 apenas a solicitação de prorrogação com as devidas justificativas, conforme apresentadas nesta  
80 reunião, mas caberá apenas ao Conselho a decisão de prorrogar ou não. Complementando, a Sra.  
81 Tânia Regina informa que a proposta não se trata de uma deliberação, pois, como já mencionado,  
82 não cabe ao CBHVG essa decisão, mas apenas o conhecimento e o consentimento sobre o pedido.  
83 O Sr. Edvaldo Campos indaga se as vagas, as quais estão com os representantes infrequentes,  
84 serão postas em eleição. A Sra. Laila Tupinambá citou que estão sendo estudadas as possibilidades  
85 para preenchimento dessas vagas. A Sra. Maria de Lourdes ressalta que essa proposta não será  
86 avaliada pelos Conselhos Estaduais, apenas pelo CNRH. A Sra. Flávia Simões mencionou que há  
87 uma reunião agendada no CNRH com pauta já definida. No entanto, está sendo articulado a  
88 inserção desse ponto de pauta para que seja avaliado pelo Conselho. O Sr. Wendel Pereira  
89 inquiriu sobre a possibilidade de ocupar a cadeira de membro titular no Plenário do CBHVG, visto  
90 que seu titular aposentou e não faz mais parte deste Comitê. A Sra. Laila Tupinambá explicou que

91 a cadeira no Plenário não pertence ao membro e, sim, da instituição a qual concorreu ao processo  
92 eleitoral. Contudo, caso não haja indicação de um substituto (a), poderá ser analisada essa  
93 possibilidade. A Sra. Flávia Simões solicita um ofício informando a ciência do Plenário do CBHVG  
94 sobre o pedido de prorrogação do mandato eleitoral que será anexado ao documento a ser  
95 enviado ao CNRH. Oportunamente, sugere que seja levantado o número de cadeiras vazias no  
96 Plenário do CBHVG para que seja feitas as substituições, conforme prevista no Regimento Interno  
97 do Comitê, bem como dê a oportunidade dos suplentes ocuparem essas vagas. A Sra. Laila  
98 Tupinambá submeteu o Plenário a aprovação do pedido de prorrogação. Como não houve  
99 manifestações contrárias, o pedido foi aprovado por unanimidade. Sequencialmente, o Sr.  
100 Leonardo Mitre, representante da EngeCorps Engenharia S.A, apresentou as atualizações do  
101 processo de elaboração dos estudos para enquadramento dos corpos d'água na Bacia do rio Verde  
102 Grande. Primeiramente, lembrou os objetivos do enquadramento que é assegurar a qualidade  
103 das águas compatíveis com os usos e diminuir os custos de combate à poluição das águas,  
104 mediante ações preventivas permanentes e citou os múltiplos usos do recurso hídrico, como  
105 irrigação; lazer e turismo; pesca; dessedentação animal etc. Mencionou que as finalidades do  
106 enquadramento estão definidas na Resolução do Conama 357/2008 e na Deliberação Normativa  
107 Conjunta Cerh/Copam nº 08/2022. O Sr. Leonardo Mitre informou que esse estudo contempla  
108 sete produtos dos quais três foram concluídos. Atualmente, a empresa está executando o Produto  
109 4 e 6, sendo que esse último é uma Proposta Conceitual do Programa de Monitoramento das  
110 Águas Subterrâneas. O Produto 6 foi entregue ao Grupo de Acompanhamento do Trabalho – GAT  
111 e está sendo analisado. Destacou que a área de abrangência desse estudo é a Bacia do rio Verde  
112 Grande, independente da região de domínio, se é mineiro ou baiano. Já o Produto 4 é a definição  
113 da vazão de referência, que está sendo aguardada a definição pelos órgãos gestores dos recursos  
114 hídricos; o parâmetro de referência para o enquadramento; metas; identificação preliminar das  
115 ações a serem executadas e os respectivos custos e atualização da matriz de enquadramento. O  
116 Sr. Leonardo Mitre informou que o próximo passo é aguardar a resposta do GAT, a respeito do  
117 relatório do Produto 6, cuja data limite é 10 de abril de 2025; a revisão desse relatório; a conclusão  
118 do Produto 6; a elaboração do relatório do Produto 4; a realização da audiência pública referente  
119 a fase 4; e a elaboração dos Produtos 5 e 7, os quais dependem do Produto 4 para efetivação. O  
120 próximo ponto de pauta, foi a explanação a respeito da arrecadação do exercício de 2024, acerca  
121 do saldo remanescente e os usos dos recursos disponíveis. A Sra. Grace Benfica, representante da  
122 ANA, expôs que em 2024 o saldo disponível do CBHVG era de R\$ 782.000,00 e atualmente é  
123 aproximadamente R\$ 1.020.000,00. Mencionou que foi acordado com a Diretoria do CBHVG que  
124 a ANA daria todo apoio nas logísticas dos membros para participação em eventos externos. Sendo  
125 assim, parte do recurso será empenhado para atendimento dessa demanda e aquele que não for  
126 utilizado será devolvido a conta única do Tesouro Nacional do CBHVG. Informou que ao final de  
127 cada exercício será realizada a prestação de contas ao Comitê. A Sra. Grace Benfica informou que  
128 a perspectiva de arrecadação de 2025 a 2029 é de R\$ 4.000.000,00. Oportunamente, informou  
129 que o site do CBHVG está em processo de elaboração, especificamente, a equipe da Tecnologia  
130 da Informação (TI) da ANA está buscando recuperar o layout antigo. A próxima etapa é inserir as  
131 informações do Comitê no site, como documentos etc. Pontuou que o site está projetado e  
132 encontra-se hospedado no servidor da ANA, porém são necessários alguns ajustes antes de  
133 disponibilizá-lo. Afirma que a ANA está, com recurso próprio, buscando viabilizar a construção da  
134 interface do novo site, mas caso não seja possível a execução pela equipe de TI da ANA, será  
135 contratada uma empresa para executar esse serviço. Reitera que essa contratação dar-se-á

136 somente se a equipe de TI não conseguir executar, o que também depende da Lei Orçamentária  
137 Anual (LOA), mas todo o processo será repassado ao Comitê. O Sr. Ari Teodoro indaga sobre o  
138 período da arrecadação dos R\$ 1.020.000,00 mencionado. A Sra. Grace Benfica explica que, após  
139 o encerramento do contrato de gestão, os valores arrecadados foram suspendidos o repasse à  
140 Agência Peixe Vivo e o valor restante está sendo guardado em uma conta do Tesouro Nacional. O  
141 Sr. Ari Teodoro indaga se essa verba não poderia ser usada para execução do site. A Sra. Grace  
142 Benfica reitera que a proposta inicial é celebrar um contrato com a equipe de TI, porém dependerá  
143 da aprovação da LOA. Oportunamente, o Sr. Saulo questiona sobre o processo de revisão das  
144 outorgas, as quais foram interrompidas desde o ataque na rede de computadores da ANA. A Sra.  
145 Tânia Regina esclareceu que esse assunto é referente a outro setor. Informou que consultará esse  
146 setor e repassará aos membros do Comitê. Na sequência, os representantes do Empreendimento  
147 Fortaleza Santa Teresinha, Sra. Eduardah e o Sr. Jansen, mencionaram que os resultados da  
148 pesquisa hidrogeológica realizada no empreendimento seriam apresentados pela empresa  
149 MDGEO - Hidrogeologia e Meio Ambiente. O Sr. Daniel Bertachini esclareceu que esse trabalho foi  
150 desenvolvido entre outubro de 2017 a janeiro de 2019 com objetivo de desenvolver parte da  
151 outorga de pesquisa hidrogeológica onde se realiza captação por poços tubulares. Ademais, visa  
152 compreender a hidrologia local, a dinâmica das águas subterrâneas e a qualidade das águas  
153 envolvidas, a fim de garantir a sustentabilidade das operações. Esse projeto foi desenvolvido na  
154 região norte de Minas Gerais, na Bacia do rio Verde Grande, especificamente na parte média dessa  
155 bacia, e que também é inserido dentro de um dos contribuintes que é o Riacho do Salobro. Em  
156 termos geológicos, o projeto foi desenvolvido em uma região de rochas carbonáticas, isto é, o  
157 sistema aquífero é predominantemente cárstico. Mencionou que na área já havia poços tubulares  
158 instalados e, a fim de regularizá-los, foi procedido a pesquisa hidrogeológica com objetivo de  
159 entender o aquífero em sua totalidade, e não com o intuito de outorgar os poços individualmente.  
160 O Sr. Daniel Bertachini informou que foram desenvolvidas umas séries de trabalho no âmbito da  
161 pesquisa hidrogeológica, atendendo alguns requisitos, até que atingisse a fase final de avaliação  
162 do sistema aquífero. Houve algumas etapas, como a caracterização do meio físico; levantamento  
163 e dados de monitoramento hídrico; cadastramento de poços tubulares; estudos hidroquímicos e  
164 isotópicos; ensaios etc. Diante da necessidade do entendimento hidrogeológico, além do  
165 monitoramento das vazões dos poços, com a automatização de alguns sistemas, também foi  
166 proposta a implantação de uma rede de monitoramento de níveis d'água, a qual contempla o  
167 interior e o exterior do empreendimento, como poços fora da área de estudo para  
168 acompanhamento desse nível de água. Quanto aos pontos de monitoramento de vazão, foram  
169 instalados para monitoramento da interação do sistema aquífero com as águas superficiais.  
170 Também, há um controle no Riacho do Salobro, em que existem barramentos no curso d'água  
171 intermitente. O Sr. Daniel Bertachini mencionou que os barramentos têm uma interação  
172 significativa para o sistema aquífero, em que influenciam na recarga do aquífero cárstico. Após o  
173 levantamento dos dados (geologia, dados dos poços, monitoramento de níveis d'água e vazões  
174 etc.), foi elaborado um modelo numérico e representado em um software visual, onde foi  
175 apresentado as unidades hidrogeológica, como solo calcário, solo detrito-laterítico, aluvião etc.  
176 Em seguida, foram feitas as análises dos cenários de uso de água e avaliação do entorno. As  
177 conclusões obtidas nesse estudo foram: **1)** o monitoramento apresentou oscilações sazonais, sem  
178 tendências de rebaixamento e com níveis estáveis próximos ao rio Verde Grande; **2)** durante os  
179 testes de estresse hídrico não houve interferência do bombeamento nas vazões do rio no período  
180 do ensaio, corroborada pela ausência de rebaixamento nos poços de monitoramento próximos;

181 **3)** as barragens têm função elementar na recarga do sistema aquífero, ajudando a manter  
182 sustentabilidade do sistema. Já com base nas análises numéricas, entende-se que o  
183 comportamento do sistema está em equilíbrio, ou seja, o sistema de poços é sustentável, dada a  
184 manutenção dos níveis de vazões de saída do sistema, atestando que a captação de água  
185 apresenta uma situação favorável. O Sr. Flávio Gonçalves questionou o nível médio dos poços  
186 entre os anos de 2017 a 2019. O Sr. Daniel Bertachini informou que cada poço tem sua variação  
187 conforme o período do ano e o setor em que está localizado, sendo que aquele próximo ao rio  
188 varia menos e mantém seu nível constante, já em relação ao período, nos dias chuvosos,  
189 geralmente, o nível é maior em comparação aos dias secos. O Sr. Flávio Gonçalves indaga se foi  
190 realizado o balanço hídrico pluviométrico, isto é, o acompanhamento do volume que é retirado e  
191 o volume que é recebido pela chuva e subterrânea. O Sr. Daniel Bertachini informa que o balanço  
192 realizado foi do sistema aquífero, ou melhor, é o volume recebido pela chuva, o que é extraído  
193 dos poços e a infiltração pelas barragens. Mas o volume captado nas barragens não é considerado  
194 nesse balanço hídrico. O Sr. Flávio Gonçalves sugere a empresa a realização desse levantamento.  
195 A Sra. Maria Antonieta questiona a percepção do Sr. Daniel Bertachini acerca da saída do sistema,  
196 visto que o rio não está conectado ao aquífero. O Sr. Daniel Bertachini responde que é  
197 compreendido que há uma descarga próximo ao rio Verde Grande, mantendo-o em uma situação  
198 próxima ao equilíbrio. Posteriormente, o Sr. Alisson Pietro, sucintamente, explicou sobre o ponto  
199 de pauta acerca do porte do empreendimento – Fortaleza Santa Teresinha. Inicialmente,  
200 esclareceu que a necessidade da pesquisa se dá em razão da necessidade do entendimento do  
201 comportamento hidrogeológico, dos impactos aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos  
202 etc. Essa pesquisa envolve o estudo de caracterização, e descrição do empreendimento,  
203 caracterização geológica e hidrogeológica, modelo conceitual etc. Informou que a formalização  
204 dessa pesquisa ocorreu no ano de 2017, conforme já mencionado outrora, cuja portaria é do ano  
205 de 2018; ocorreu a renovação dessa portaria em 2022; e atualmente está ocorrendo um processo  
206 de renovação, a qual está aguardando a análise técnica. Informou que as pesquisas  
207 hidrogeológicas, via de regra, conforme a Deliberação Normativa Cerh/MG nº 07/2002, não se  
208 enquadra em grande ou médio porte. Expôs que a pesquisa hidrogeológica não está explícita nessa  
209 deliberação, mas o Igam entende que, por não haver rebaixamento do lençol freático, não é de  
210 grande ou médio porte. Enfatizou que mesmo que haja uma bateria de poços, não implica que há  
211 o rebaixamento de poços. No entanto, afirma que se a pesquisa for modificada ou necessitar de  
212 rebaixamento de poços, será considerada como grande ou médio porte. Essa pesquisa é  
213 classificada por pequeno porte. O Sr. Alisson Pietro mencionou que há uma grande dúvida entre  
214 o porte do empreendimento e o porte da outorga. Citou que a Portaria Igam nº 48/2019 traz  
215 algumas diretrizes acerca do porte das outorgas, mas nela não há menção sobre as pesquisas  
216 hidrogeológicas, sendo que essa normativa é uma das referências para análise de outorgas.  
217 Mencionou que há outros normativos, como a Lei Estadual nº 13.199/1999; Deliberação  
218 Normativa Cerh/MG nº 07/2002 e Decreto Estadual nº 47.705/2019, quando se trata de recursos  
219 hídricos, citam sobre o porte do empreendimento e não da outorga, a qual é objeto de  
220 regularização. Logo, a avaliação realizada pelo Igam é com base nas intervenções a serem  
221 realizadas pelo empreendimento. O licenciamento ambiental ao contrário da outorga, conforme  
222 a Deliberação Normativa Copam 217/2017, é vinculado as atividades executadas pelo  
223 empreendimento. Logo, aponta que essas são as diferenças entre o porte do empreendimento e  
224 da outorga. O Sr. Saulo solicita a definição técnica para bateria de poços. O Sr. Alisson Pietro  
225 esclarece que bateria de poços é referente ao volume outorgado para mais de um poço tubular e

226 que possam ser feitos o revezamento ou escalonamento para captações. Também, destaca que o  
227 intuito da intervenção solicitada pela Fazenda Santa Teresinha não é rebaixamento de poços e,  
228 sim, a pesquisa hidrogeológica, por isso não se configura como bateria de poços. O Sr. Saulo indaga  
229 se o intuito da intervenção é o estudo hidrológico ou realizar irrigação em mais de 2mil hectare  
230 no Norte de Minas Gerais. O Sr. Alisson Pietro explica que o intuito da pesquisa é verificar qual o  
231 comportamento hidrogeológico do aquífero mediante a exploração, se haverá impactos etc.  
232 Porém, conforme a legislação vigente, é permitido, após o estudo, a utilização da água para fins  
233 diversos. O Sr. Saulo questiona o período de finalização da pesquisa. O Sr. Alisson Pietro informa  
234 que a pesquisa finaliza assim que obtém a conclusão daquilo que se deseja observar.  
235 Complementa que a portaria de outorga possui uma validade, porém ela poderá ser renovada.  
236 Essa renovação dependerá das justificativas apresentadas. A Sra. Maria Antonieta cita que a  
237 CPRM, em conjunto com a ANA, fez uma avaliação dos poços de monitoramento e, conforme  
238 conhecimento, foram divulgados a lista no diário oficial do estado, junto com a relação de poços  
239 que precisariam ser monitorados com telemetria. Diante do exposto, indaga ao Sr. Alisson Pietro  
240 se é do seu conhecimento a atual situação desse monitoramento. O Sr. Alisson Pietro informou  
241 que foi posto como condicionante a telemetria para o Empreendimento Fortaleza Santa  
242 Teresinha, porém, neste processo de renovação, não foi possível avaliar a documentação  
243 entregue. Mas indaga aos representantes do Empreendimento se os poços já estão cadastrados  
244 no Sistema Mira e os dados estão sendo repassados ao Igam. O Sr. Jansen reitera que os poços  
245 estão com telemetria e em comunicação com o Sistema Mira. Inclusive, informa que uma empresa  
246 foi contratada para fazer o cadastro de poços no Sistema. O Sr. Alisson Pietro pergunta quantos  
247 poços estão cadastrados. O Sr. Jansen menciona que são 47 poços em comunicação. A Sra.  
248 Eduardah ratifica que o Empreendimento está com uma empresa contratada realizando a  
249 instalação em todos os poços, tanto de bombeamento quanto de monitoramento de nível, dos  
250 equipamentos de telemetria e Datalogger, conforme acordado com Igam; atualmente, são 47  
251 equipamentos em comunicação e estão finalizando a instalação em todos os poços de  
252 monitoramento de nível. Logo, todos estarão interligados ao sistema Mira para consulta. O Sr.  
253 Alisson Pietro indaga quantos estão interligados ao sistema Mira. A Sra. Eduardah informa são,  
254 aproximadamente, 30 poços. Posteriormente, foi apreciado pelo Plenário a Moção Ad  
255 Referendum que dispõe da solicitação ao Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional  
256 (MIDR) a conclusão do projeto de revitalização do Perímetro Público de Irrigação do Gorutuba,  
257 especificamente, a recuperação do canal principal e substituição dos canais abertos por tubulação  
258 e automação do perímetro de irrigação. O Sr. Adalberto, brevemente, esclareceu sobre a  
259 precariedade das instalações do sistema de distribuição de água do perímetro de irrigação do rio  
260 Gorutuba. Mencionou que, desde 2014, foi solicitado a modernização dessa infraestrutura de  
261 abastecimento de água. Atualmente, há uma perda de aproximadamente 50% da água fornecida  
262 aos irrigantes e por essa razão é que foi solicitado ao Comitê o apoio, por meio da Moção, para  
263 sensibilizar o MIDR e demais órgãos públicos a fornecer recursos que serão destinados a melhoria  
264 das instalações. O Plenário foi submetido à aprovação dessa Moção e não havendo manifestação  
265 contrárias, a Moção foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Sra. Laila Tupinambá colocou  
266 em apreciação o relatório de atividades e a autoavaliação do CBHVG, referente ao exercício de  
267 2024. Lembrou que os documentos foram enviados por e-mail para que todos pudessem fazer  
268 a leitura prévia. A Sra. Laila Tupinambá indagou o Plenário sobre o interesse em fazer uma leitura  
269 antes da votação. Também expôs que o relatório tratava-se das atividades executadas pelo Comitê  
270 no ano de 2024. Como não houve manifestação acerca dos documentos, foram considerados

271 aprovados. Sequencialmente, a Sra. Laila Tupinambá apresentou o relatório de atividades do GT  
272 Deliberações, bem como a Minuta de Deliberação CBHVG nº 0xx/202x que regulamenta a  
273 instalação das reuniões da CTC, suas atribuições, composição e regra de funcionamento.  
274 Primeiramente, explicou que esse GT foi instituído na CTC após constatação de divergência entre  
275 o Regimento Interno e a Deliberação CBHVG nº 28/2009. Informou que o grupo era composto pela  
276 Sra. Laila Tupinambá, Sr. Ari Teodoro, Sra. Mônica Durães e Sr. Edvaldo Campos. Afirmou que  
277 foram levantadas todas as deliberações já aprovadas pelo Comitê; distribuídas em número igual  
278 aos membros do grupo; e todos ficaram responsáveis por identificar se havia alguma divergência  
279 nelas. O grupo concluiu que maioria das deliberações remetiam a projetos cancelados pelo  
280 Comitê e que solicitavam recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento  
281 Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) para serem executados.  
282 O grupo também concluiu que a única deliberação que necessitava de ajuste foi a Deliberação nº  
283 28/2009, que regulamenta a CTC. Posto isso, a Sra. Laila Tupinambá realizou uma leitura breve da  
284 Minuta de Deliberação corrigida, informou que essa foi submetida, a princípio, pela CTC e, em  
285 seguida, submeteu os membros do Plenário à aprovação. Não havendo manifestação contrária, a  
286 Minuta de Deliberação foi aprovada por unanimidade. Por fim, encerrados os pontos de pauta e  
287 não havendo mais nada a tratar, o Presidente do Comitê, Sr. Flávio Gonçalves, agradeceu a  
288 participação de todos e encerrou a 43ª Reunião Plenária Ordinária do CBHVG de 2025, quando  
289 então foi lavrada a presente Ata.

290

291

292

293

294

Laila Tupinambá Mota  
**Secretária do CBH Verde Grande**

Flávio Gonçalves Oliveira  
**Presidente do CBH Verde Grande**

295

296

297

298

299

**ATA DE REUNIÃO APROVADA EM XX/XX/2025**

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

## **ANEXO I**

### **PRESENTES**

- 1) Fernanda Sales Saab - CODEVASF 1ª SR
- 2) Rafael Cordeiro Brito Jardim - DNOCS
- 3) Maria Antonieta Mourão - Serviço Geológico do Brasil - CPRM
- 4) Wendel Pereira de Souza - IDENE
- 5) João Batista Ribeiro da Silva Reis - EPAMIG
- 6) Margarete Suely Caires Azevedo - IEF
- 7) Wesley Mota França - IGAM
- 8) Thamires Mercês Gomes - INEMA-BA
- 9) Ciro Tavares Florence - SEMA-BA
- 10) Cristiane Aparecida Silva Brito - Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados
- 11) Diega Rosa Alves - Prefeitura Municipal de Mamonas
- 12) Romulo de Souza Lima - Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA
- 13) Laila Tupinambá Mota - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG
- 14) Edvaldo Campos Matos - RIMA Industrial S.A
- 15) José Sérgio Pereira Araújo - Coteminas
- 16) Ari Teodoro de Oliveira - Estância das Aroeiras
- 17) Eduarda Gabriella Alves Silva - Fortaleza de Santa Teresinha Agricultura e Pecuária S.A
- 18) Saulo Bresinsk Lage - Liderança Frutas
- 19) Hormínio Araújo de Oliveira Júnior - Fazenda Paraíso - São João da Ponte
- 20) Adalberto Santos Pinto da Paixão - Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba - DIG
- 21) Flávio Gonçalves Oliveira - Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros
- 22) Flávio Pimenta de Figueiredo - Instituto de Ciências Agrárias - ICA/UFMG
- 23) Walter Santos de Araújo
- 24) Cleone Pereira de Menezes - T - Associação Beneficente dos Agricultores de Lagedão - ABAL
- 25) Maria Aparecida de Souza Rodrigues - T - Associação Beneficente dos Agricultores de Lagedão - ABAL

### **JUSTIFICADOS**

- 1) Rafael Macedo Chaves - IBAMA
- 2) Anselmo Farley Antunes Balieiro - Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais
- 3) Guilherme Aguiar Silva - Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas
- 4) Hellen Aparecida Andrade - Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA
- 5) John Lennon Tostes Silva - Fazenda Oriente – Grupo Brasnica
- 6) João Damásio Frota Machado Pinto - Fazenda Aguapé
- 7) João Medeiros de Barros Neto - João Medeiros de Barros Neto
- 8) Marcelo Ferrante Maia - Fazenda Lagoa do Boi
- 9) Rony Cássio Nunes Santos - Lote 93 – Núcleo Habitacional II – Projeto Estreito II
- 10) Nilde Antunes Rodrigues Lage - Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas – ABANORTE
- 11) Cláudio Henrique Diniz Castro - Associação de Ensino Vale do Gorutuba S/S Ltda
- 12) Yara Maria Soares Costa Da Silveira - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;
- 13) Euler Melo Nogueira - Centro Universitário FG – UniFG

14) César Luiz da Silva - Associação dos Amigos do Rio Verde Grande – ASARVE.

#### CONVIDADOS

- 1) Giuliane Carolina de Almeida – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)
- 2) Alisson Pietro Santos Duarte – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)
- 3) Flávia Simões Ferreira – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
- 4) Mônica Durães – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros (Semma)
- 5) Robson Rodrigues dos Santos – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)
- 6) Tânia Regina Dias da Silva – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
- 7) Grace Benfica Matos – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
- 8) Jeane Sabrina Maia – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)
- 9) Maria de Lourdes Amaral Nascimento - – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)
- 10) Luiz Henrique Pinheiro – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
- 11) Leonardo Mitre Alvim de Castro - Engecorps Engenharia S.A.
- 12) Fernando Carneiro
- 13) André Bonacin – Agência Peixe Vivo (APV)
- 14) Daniel Bertachini - MDGEO - Hidrogeologia e Meio Ambiente
- 15) Jansen Fernando Lopes – Fazenda Fortaleza Santa Teresinha
- 16) João Paulo Paulino Coimbra - Agência Peixe Vivo (APV)